

## CAPÍTULO 31

# Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)

*Gabriel Marcondes de Moura*

### Resumo

Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Esta é uma pergunta que permeia a pesquisa sobre os partidos brasileiros e de política comparada. Para responder tal questionamento, utiliza-se o Índice de Força Partidária (Party Strength Index - PSI) proposto por Webb & Keith (2017), inserindo todos os 35 partidos brasileiros numa amostra transnacional com 127 partidos de 23 países diferentes. Os resultados vão de encontro à tese da relativa fraqueza das organizações partidárias na América Latina (Mainwaring & Shugart, 1997; Levitsky et al. 2016), excetuando o caso das organizações partidárias mexicanas, os partidos chilenos e brasileiros apresentam estruturas fracas, principalmente as brasileiras, que são tidas como as mais fracas da amostra. Por fim, como desdobramento dessa investigação, surge como oportunidade de agenda a análise de variáveis institucionais (sistemas eleitorais ou de governo) como condicionantes das estruturas partidárias em diversos contextos.

**Palavras-chave:** organização partidária; estruturas partidárias; partidos políticos; filiados; finanças partidárias.

### 1. Introdução

Poucos pesquisadores definiram melhor que Kenneth Janda, ainda nos anos 1980 e com incrível poder de síntese, o estado da arte dos estudos sobre organizações partidárias: “As organizações partidárias são duendes da floresta política, criaturas lendárias com poderes especiais que evitam ser vistos. Como ninguém fotografou

uma organização partidária, as descrições variam amplamente<sup>1</sup> (JANDA, 1983, p. 319).

Quase 40 anos após esta sentença, com o acúmulo e desenvolvimento significativo de teoria e metodologia, a pesquisa sobre organizações partidárias traçou novos rumos, adotando uma abordagem comparativa face aos modelos partidários clássicos que vigoraram hegemonicamente na área. Foi justamente o desenvolvimento dessa nova abordagem que permitiu comparar as organizações partidárias de forma transnacional e em larga escala, tal qual o objetivo aqui proposto.

Para analisarmos a força de um partido em relação ao outro, primeiro, é preciso definir o que é um partido forte ou fraco e estabelecer meios de mensuração. Para tanto, adota-se o Índice de Força Partidária (*Party Strength Index* - PSI) proposto por Webb & Keith (2017), que mensura a força dos partidos com base em dois critérios e variáveis, sendo eles o número de eleitores filiados e a renda do partido. De forma resumida, a este índice aplica-se a organização da seguinte máxima: quanto maior a proporção de eleitores filiados a um determinado partido político e sua capacidade de angariar fundos, mais forte tende a ser esse partido político.

Com base nesses dois indicadores de força partidária, pretende-se analisar quão fortes são os 35 partidos que compõem o fragmentado sistema partidário brasileiro, comparando-os com outros 127 partidos políticos de outros 23 países, cujo os dados estão devidamente organizados e publicizados pelo *Political Party Database Project* (PPDB), sendo eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Húngria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, México, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. Tal comparação permiti-

---

1 Tradução do autor.

rá inserir e analisar o sistema partidário brasileiro em uma perspectiva comparada transnacional e de larga escala.

Este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, passa-se a algumas considerações e análises necessárias sobre o estudo das organizações partidárias, bem como ao que é inerente ao estudo sobre os partidos políticos brasileiros, cumprindo o objetivo de identificar vícios, limitações, desafios e oportunidades; em seguida, apresento o PSI detalhando a equação que estrutura o indicador, distinguindo a diferença teórica entre organização e estrutura partidária, e ressaltando a importância de se analisar estruturas partidárias e a força relativa destas; adiante, apresento os materiais e métodos empregados na obtenção dos dados; por conseguinte, passa-se à análise dos dados, primeiro aplicando o PSI aos partidos políticos brasileiros, analisando a força relativa entre eles e as diferenças internas do sistema multipartidário altamente fragmentado do país; em seguida aplicamos o PSI a todos os 162 partidos disponíveis para obtermos um panorama geral que nos permita inserir os partidos brasileiros e todos os demais países numa comparação de larga escala, para, enfim; chegar às considerações finais, avaliar e responder a seguinte questão: quão fortes são os partidos políticos brasileiros?

## **2. Considerações sobre o estudo das organizações partidárias: limites, desafios e o caso brasileiro**

Antes de adentrar nos problemas específicos do estudo sobre os partidos políticos brasileiros, é preciso superar um percalço teórico que baseou grande parte dos estudos sobre organização partidária: a abordagem evolutiva e seus tipos ideais de partido. Este arcabouço teórico marcou grande parte dos estudos entre os anos de 1960 e 1990, tornando-se hegemônico durante o período e influenciando diversos pesquisadores, tendo como marca a apresentação de um

tipo específico de organização partidária linear que se desenvolveu a cada período histórico da democracia ocidental, suscetível às transformações sociais, políticas e econômicas das últimas décadas.

Embora a abordagem evolutiva dos partidos políticos reconheça que os partidos podem se encontrar em diferentes estágios, de acordo com o nível de desenvolvimento do país, a evolução das organizações partidárias não segue uma receita pronta que se inicia com os partidos de quadros e de massas<sup>2</sup>, passando pelo partido catch-all<sup>3</sup> e profissional eleitoral<sup>4</sup>, para enfim desaguar nos partidos cartelizados<sup>5</sup> altamente dependentes do Estado. Segundo Gunther & Diamond (2015), tais modelos tectônicos acarretaram numa “elasticidade conceitual”, no que eles identificaram como “uma tentativa de encaixar quadrados em círculos” (p. 10), uma vez que a tentativa de categorizar os novos partidos em conceitos antigos pré-concebidos acentuou a descaracterização dos modelos partidários, dirimindo sua precisão conceitual.

Essa elasticidade conceitual torna inapropriado o uso dos modelos partidários para estudos comparativos entre partidos em diversos países por conta do seguinte trade-off: “o que se ganha em parcimônia perde-se em termos de habilidade para abarcar teoricamente as variações significativas entre os partidos políticos no mundo” (GUNTHER & DIAMOND, 2015, p. 12). Portanto, é preciso assumir que o processo evolutivo das organizações partidárias não é um fenômeno linear (Gunther & Diamond, 2015; Scarrow & Webb, 2017; Bolognesi, 2020), e que os modelos clássicos de organização partidária são tipicamente ideais, e devem ser encarados como mo-

---

2 Duverger (1954).

3 Kirchheimer (2012).

4 Panebianco (2005).

5 Katz & Mair (1995).

delos teóricos a serem testados à luz dos dados e de investigações empíricas (Scarrow & Webb, 2017).

Como desdobramento das limitações explicitadas acima, chega-se à conclusão de que a grande maioria dos estudos sobre organizações partidárias sob a égide da abordagem evolutiva acabaram reclusos à estudos de caso de um único país, e as comparações (quando existem) são baseadas inteiramente em casos descritivos (Fabre, 2010). E esta é, precisamente, uma das características marcantes da grande maioria dos estudos sobre os partidos brasileiros: reclusos a si mesmos, não comparativistas e extremamente descritivos<sup>6</sup>.

Para além dessas limitações, os estudos partidários brasileiros também são caracterizados por uma peculiaridade discrepante, a qual podemos chamar de *Petelogia*<sup>7</sup>. Segundo Amaral & Power (2015), tal fenômeno tem origem na trajetória e história “ímpar” do Partido dos Trabalhadores (PT), que por consequência tornam o partido privilegiado nos estudos partidários brasileiros em relação aos demais partidos, inclusive, segundo os autores, não seria exagero tratar a *Petelogia* como “uma subárea dentro dos estudos dos partidos políticos e do sistema partidário no Brasil dedicada exclusivamente ao estudo do PT<sup>8</sup>” (p. 148). Os estudos sobre o PT não fogem à regra de serem endógenos e extremamente descritivos. Inclusive, a falta de estudos que proponham a inserção do PT (assim como de todos os demais partidos brasileiros) numa comparação transnacional não pode ser creditada apenas à ausência de dados ou métodos comparativos, mas sim à uma escolha discricionária dos pesquisadores.

---

<sup>6</sup> Exemplos de excelentes trabalhos do tipo não faltam, como, por exemplo: Guarnieri (2009), Amaral (2010), Ribeiro (2013), Mauerberg Jr. (2013), Ribeiro & Júnior (2019), dentre tantos outros.

<sup>7</sup> De acordo com Amaral & Power (2015), o termo *Petelogia* foi cunhado pela cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida.

<sup>8</sup> Tradução do autor.

A exceção que confirma a regra é a obra de Ribeiro & Locatelli (2019)<sup>9</sup>, onde os autores utilizam os dados do PPDB e aplicam o Índice de Força Partidária para analisar a diferença entre partidos de novas e velhas democracias, incluindo uma amostra de partidos brasileiros à análise. O principal ganho deste trabalho é trazer à tona a “viabilidade e a importância da adoção de perspectivas transregionais no estudo das organizações partidárias na América Latina<sup>10</sup>” (p. 222), uma vez que isso contribui para dirimir o insulamento em que se encontram os estudos partidários brasileiros. Contudo, o ápice da conclusão dos autores é afirmar que os resultados obtidos por eles “desafiam as suposições sobre a excepcional fraqueza das organizações partidárias na região<sup>11</sup>” (p. 223).

No entanto, há duas limitações que enfraquecem tal afirmação. Primeiramente, é preciso ressaltar um problema na agregação dos dados, uma vez que até mesmo no próprio resultado dos autores há uma distância considerável entre o PSI obtido pelos partidos mexicanos em relação aos obtidos por partidos chilenos e brasileiros, fazendo com que, no agregado, os partidos mexicanos superestimem a afirmação que não se aplica aos partidos chilenos e brasileiros. Por conseguinte, os autores optaram por trabalhar com uma amostra reduzida, contemplando apenas os 10 partidos brasileiros que, não por um acaso, estão entre os maiores partidos em número de filiados e renda. Esse recorte de objeto representa menos que 30% dos partidos políticos do país, além de ser uma amostra que contém o vício de contemplar apenas as organizações mais fortes, não sendo possível fazer qualquer aferição ou afirmação acerca da força ou fraqueza do sistema multipartidário brasileiro como um todo a partir de tal amostra reduzida e viciada.

---

9 “*Time after time: party organizational strength in new and old democracies*”. Revista Opinião Pública, volume 25, nº 1, 2019.

10 Tradução do autor.

11 Idem.

Apesar do trabalho dos autores objetivar a contestação da tese sobre a relativa fraqueza das organizações partidárias latino-americanas (Mainwaring & Shugart, 1997; Levitsky et al. 2016), com a exceção do caso mexicano, os dados e a literatura continuam a apontar para o diagnóstico correto dessa literatura em relação aos partidos chilenos e, principalmente, em relação aos partidos brasileiros.

### 3. O *Party Strength Index* (PSI) e porque estudar estruturas partidárias?

Como ponto de partida é preciso fazer uma distinção entre organização e estrutura partidária, uma vez que o Índice de Força Partidária (PSI) se propõe à mensuração da segunda, e não da primeira. De forma resumida, organização está para processos partidários, enquanto estruturas estão para recursos partidários; organização está para *quem* decide e *como* decide utilizar tais recursos, enquanto que estrutura está para os *recursos em si* que o partido tem à sua disposição (*o que* e *quanto*). Por conseguinte, é impreciso e ineficaz realizar inferências sobre a primeira mensurando única e exclusivamente a segunda<sup>12</sup>.

Segundo Webb & Keith (2017), a forma mais robusta e completa de elaborar o Índice de Força Partidária (PSI), em tese, seria a soma da média ponderada obtida entre quatro variáveis: renda, filiados, staff e unidades locais dos partidos políticos. No entanto, a dificuldade de encontrar e analisar dados sobre as equipes profissionais

---

12 Não se deve realizar apontamentos sobre processos (organização) analisando e mensurando apenas os recursos (estrutura) que o partido tem à sua disposição. É preciso analisar como os recursos são administrados e por quem o são. No entanto, na literatura só é possível distinguir entre um e outro mediante análise, uma vez que, organização e estrutura são conceitos por vezes tratados como sinônimos. Esta imprecisão e confusão conceitual é outro legado proporcionado pela “elasticidade” da abordagem evolutiva das organizações partidárias

e as unidades locais dos partidos se apresenta como intransponível para comparações de larga escala.

O problema da indisponibilidade dos dados é um dos principais desafios dos pesquisadores da área. Com o intuito de superar essa dificuldade, sem perder de vista a capacidade de mensurar minimamente a força das organizações partidárias, coube como recurso uma simplificação do índice em termos de dois recursos e variáveis: renda e filiados do partido. A equação do PSI é representada pela “soma do z-score padronizado do rácio de filiados/eleitorado e renda/leitorado de cada partido<sup>13</sup>” (p. 50), de forma que a distribuição para cada um desses componentes tem “uma média de zero e um desvio padrão de um, de modo que eles partilham escalas comuns e podem ser facilmente somados<sup>14</sup>” (p.50). Portanto, o PSI é um índice que permite a comparação relativa entre partidos de uma mesma amostragem, de tal forma que as posições e o ranqueamento dos partidos não são absolutos, mas sim dependente e relativo à amostra geral.

As referências que destacam a importância e relevância desses dois critérios para a força das organizações partidárias são abundantes. Primeiramente, partidos com recursos próprios e membros filiados dispostos a contribuir em campanhas impactam no desempenho eleitoral do partido (Wills-Otero, 2016), além de serem diferenciais importantes para eleger candidatos desprovidos de tais meios (Tavits, 2012). Como consequência, esta mesma força organizacional afeta a unidade partidária no parlamento, uma vez que essa estrutura à disposição é um capital indispensável ao parlamentar eleito por meio dele. Em suma: partidos com recursos e estruturas bem desenvolvidas oferecem incentivos maiores aos seus parlamentares, incentivos estes

---

<sup>13</sup> Tradução do autor.

<sup>14</sup> Idem.

que contribuem para a disciplina do partido no parlamento (Tavits, 2012).

A força das organizações partidárias e a relevância de seus recursos e estruturas tem benefícios que vão além do dualismo eleitoral-parlamentar, são também pilares do desenvolvimento democrático. Partidos fortes contribuem e são fundamentais para a consolidação de novas democracias (van Biezen, 2003; Tavits, 2012), e isso pode ser observado tanto nos casos das democracias pós comunistas do Leste Europeu (Tavits, 2013), quanto nas democracias latino-americanas (Alcántara Sáez & Freidenberg, 2001).

Segundo Webb, Scarrow & Pogutke (2019), organizações partidárias fortes impactam na satisfação geral com a democracia e exercem efeitos sobre a percepção e interação dos cidadãos com a política. Apesar do contínuo declínio das taxas de filiação e adesão partidária ao longo das últimas décadas, filiados e adeptos ainda são recursos eficazes na “comunicação direta com os eleitores, na sustentação de afinidades partidárias e na promoção da satisfação com o processo democrático em geral<sup>15</sup>” (p. 16). Nesse sentido, organizações partidárias fortes são tidas como parte integrante da compreensão e percepção de como “as democracias eleitorais mantêm o apoio e o consentimento de seus cidadãos<sup>16</sup>” (p.17).

Em síntese, o estudo das organizações partidárias e da força de suas estruturas podem revelar não só o potencial eleitoral, os incentivos à disposição ou a capacidade de estas gerarem unidade partidária no parlamento, mas também são indicadores indispensáveis para analisar o desenvolvimento democrático e a credibilidade da democracia de um determinado país, inserido em contextos e particularidades diversas.

---

15 Tradução do autor.

16 Idem.

#### 4. Materiais e métodos

Ao todo são analisados 162 partidos políticos de 24 países diferentes com ao menos um representado de cada continente, exceto a África, dada a escassez e indisponibilidade de informações para partidos dessa região. Os dados referentes aos partidos brasileiros são do ano de 2015, oriundos de um banco de dados desenvolvido e disponibilizado pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários da Universidade Federal do Paraná (LAPeS-UFPR), enquanto que, por outro lado, os dados de todos os demais partidos e países são oriundos do *Political Party Database Project* (PPDB), cuja a coleta dos dados varia entre os anos de 2010 e 2016.

Em comparação ao trabalho de Ribeiro & Locatelli (2019), além de acrescentar todos os demais 25 partidos brasileiros à amostra, também se acrescenta dados de quatro partidos japoneses (Partido Social Democrata, Partido Comunista Japonês, Partido Democrático do Japão e Partido Democrático Liberal do Japão) e dois partidos romenos (Partido Conservador e Partido Liberal Nacional). A inclusão de uma democracia asiática e mais uma do leste europeu, cuja experiência democrática se deu pós anos 80 com o fim do regime soviético, serve ao objetivo de ampliar a comparação transnacional, trazendo ganhos significativos aos resultados. Emprega-se o método de estatística descritiva para analisar os dados obtidos pelo cálculo do PSI, bem como para comparar os resultados entre partidos e países contemplados na amostra.

#### 5. Resultados

Os dados e os resultados obtidos estão estratificados da seguinte forma: a) PSI dos partidos políticos brasileiro; b) PSI dos 162

partidos políticos dos 24 países presentes na amostra, e; c) uma análise comparada da média do PSI por país.

Primeiramente, o PSI aplicado exclusivamente aos partidos políticos brasileiros permite analisar a força relativa entre eles e as diferenças internas do sistema multipartidário altamente fragmentado do país. Aproveito para acrescentar informações pertinentes sobre o percentual de eleitores filiados aos partidos políticos, bem como o rácio de renda partidária pelo número de eleitores filiados. A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam o PSI dos partidos brasileiros:

Tabela 1 – PSI: partidos brasileiros (Continua)

P <sup>17</sup>	Sigla	Partido	Filiados	F/E	Renda	Renda / Filiado	PSI
1	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	2.376.463	1,65%	R\$ 94.308.955,51	R\$ 39,68	5,61
2	PT	Partido dos Trabalhadores	1.590.104	1,10%	R\$ 136.845.386,03	R\$ 86,06	5,58
3	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	1.409.515	0,98%	R\$ 107.703.149,13	R\$ 76,41	4,33
4	PP	Partido Progressista	1.419.386	0,98%	R\$ 53.895.725,52	R\$ 37,97	2,63
5	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	1.181.458	0,82%	R\$ 33.110.699,58	R\$ 28,03	1,55
6	PDT	Partido Democrático Trabalhista	1.223.886	0,85%	R\$ 30.476.763,66	R\$ 24,90	1,54

17 Posição ranqueada dos partidos por PSI.

## 862 Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)

Tabela 1 – PSI: partidos brasileiros (Continua)

P <sup>17</sup>	Sigla	Partido	Filiados	F/E	Renda	Renda / Filiado	PSI
7	DEM	Democratas	1.081.170	0,75%	R\$ 34.976.114,50	R\$ 32,35	1,43
8	PR	Partido da República	774.597	0,54%	R\$ 47.622.504,59	R\$ 61,48	1,30
9	PSB	Partido Socialista Brasileiro	608.092	0,42%	R\$ 51.648.706,95	R\$ 84,94	1,13
10	PSD	Partido Social Democrático	172.051	0,12%	R\$ 50.153.872,91	R\$ 291,51	0,32
11	PRB	Partido Republicano Brasileiro	345.246	0,24%	R\$ 29.698.070,29	R\$ 86,02	-0,03
12	PSC	Partido Social Cristão	392.535	0,27%	R\$ 21.651.695,03	R\$ 55,16	-0,20
13	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	369.578	0,26%	R\$ 18.416.458,91	R\$ 49,83	-0,35
14	PV	Partido Verde	352.568	0,24%	R\$ 17.755.168,34	R\$ 50,36	-0,40
15	SD	Solidariedade	97.074	0,07%	R\$ 23.456.936,20	R\$ 241,64	-0,67
16	PPS	Partido Popular Socialista	177.744	0,12%	R\$ 17.035.131,62	R\$ 95,84	-0,73
17	PROS	Partido Republicano da Ordem Social	62.529	0,04%	R\$ 17.343.497,75	R\$ 277,37	-0,92
18	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	113.766	0,08%	R\$ 14.380.130,25	R\$ 126,40	-0,93
19	PRP	Partido Republicano Progressista	232.347	0,16%	R\$ 7.349.573,67	R\$ 31,63	-0,94

Tabela 1 – PSI: partidos brasileiros (Continua)

P <sup>17</sup>	Sigla	Partido	Filiados	F/E	Renda	Renda / Filiado	PSI
20	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	254.509	0,18%	R\$ 5.646.982,76	R\$ 22,19	-0,96
21	PSL	Partido Social Liberal	205.588	0,14%	R\$ 7.861.756,41	R\$ 38,24	-0,97
22	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	177.744	0,12%	R\$ 9.046.637,37	R\$ 50,90	-0,98
23	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	175.539	0,12%	R\$ 8.335.678,43	R\$ 47,49	-1,01
24	PMN	Partido da Mobilização Nacional	215.541	0,15%	R\$ 5.246.378,84	R\$ 24,34	-1,04
25	PTC	Partido Trabalhista Cristão	182.830	0,13%	R\$ 5.071.297,37	R\$ 27,74	-1,10
26	PTN	Partido Trabalhista Nacional	139.343	0,10%	R\$ 7.173.069,89	R\$ 51,48	-1,11
27	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	122.991	0,09%	R\$ 5.214.804,72	R\$ 42,40	-1,20
28	PEN	Partido Ecoló- gico Nacional	39.412	0,03%	R\$ 6.971.567,32	R\$ 176,89	-1,29
29	PPL	Partido Patria Livre	23.702	0,02%	R\$ 3.060.233,30	R\$ 129,11	-1,45

## 864 Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)

Tabela 1 – PSI: partidos brasileiros (Conclusão)

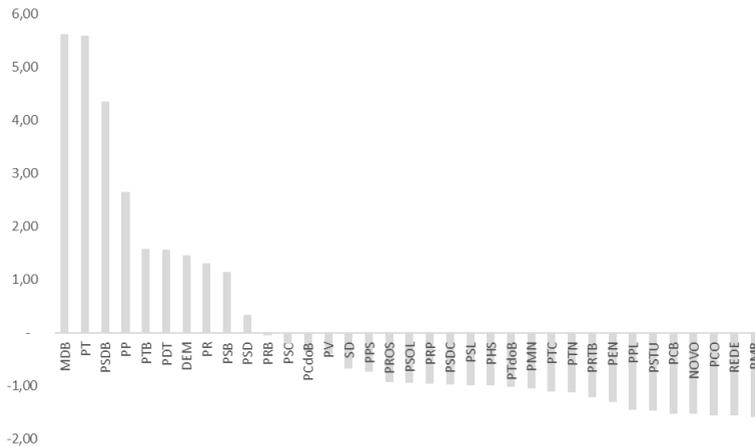
P <sup>17</sup>	Sigla	Partido	Filiados	F/E	Renda	Renda / Filiado	PSI
30	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	17.375	0,01%	R\$ 3.256.897,22	R\$ 187,45	-1,45
31	PCB	Partido Comunista Brasileiro	14.852	0,01%	R\$ 1.658.096,08	R\$ 111,64	-1,51
32	NOVO	Partido Novo	1.394	0,00%	R\$ 2.107.482,07	R\$ 1.511,82	-1,52
33	PCO	Partido da Causa Operaria	2.596	0,00%	R\$ 1.346.984,87	R\$ 518,87	-1,54
34	REDE	Rede Sustentabilidade	1.576	0,00%	R\$ 1.015.306,87	R\$ 644,23	-1,55
35	PMB	Partido da Mulher Brasileira	34	0,00%	R\$ 338.463,65	R\$ 9.954,81	-1,57

Fonte: O autor.

Como se pode aferir, destaca-se o fato de que apenas 10 dos 35 partidos brasileiros apresentam um PSI positivo, revelando que a maioria dos partidos brasileiros possuem estruturas fracas. A partir da análise dos dados, podemos identificar a formação de quatro blocos partidários de acordo com a força relativa dos partidos políticos brasileiro. O primeiro é formado pelos três partidos mais fortes: MDB, PT e PSDB (PSI entre 5,61 a 4,33). Não por menos, tratam-se dos partidos que despontam no sistema partidário brasileiro. Enquanto o MDB se destaca por ser o partido com o maior número de filiados,

uma herança latente do fato de ser o partido mais antigo do país<sup>18</sup> em atividade ininterrupta<sup>19</sup>, os dois últimos partidos foram protagonistas nacionais polarizando a disputa presidencial entre 1994 e 2014.

Gráfico 1 – PSI: partidos brasileiros



Fonte: O autor.

O segundo grupo é formado por seis partidos: PP, PTB, PDT, DEM, PR e PSB (PSI entre 2,63 e 1,13), cuja as origens desses partidos remontam os anos 80 e o período de retomada democrática, e que embora a força destes ainda esteja aquém dos três maiores,

<sup>18</sup> A fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) precede o período democrático vigente no Brasil, uma vez que sua criação remonta o Ato Institucional N<sup>o</sup>2 de 27 de outubro de 1965, que instituiu o bipartidarismo no país, tornando o MDB o partido de “oposição consentida” ao regime ditatorial que vigorou entre 1964 e 1985. O MDB ser o partido brasileiro com as mais fortes estruturas partidárias é o caso que atesta a importância do legado organizacional do período pré-democrático como um fator explicativo da força organizacional (Ribeiro & Locatelli, 2019).

<sup>19</sup> Se considerarmos os partidos que foram e voltaram da ilegalidade ao longo da história, o PCB (1922) e o PTB (1945) são os partidos mais velhos com registros válidos no período democrático e com estruturas partidárias ativas.

podemos categorizá-los como partidos de estruturas médias que se destacam em relação à fraqueza das demais organizações. O terceiro grupo é formado por sete partidos: PSD, PRB, PSC, PCdoB, PV, SD e PPS (PSI entre 0,32 e -0,73), partidos cuja as origens contemplam um intervalo de 25 anos de amadurecimento democrático (da fundação do PCdoB em 1988 até a fundação do Solidariedade em 2013), sendo estas organizações caracterizadas como portadoras de estruturas partidárias fracas.

Por último, o grupo derradeiro é formado por 19 partidos: PROS, PSOL, PRP, PSDC, PSL, PHS, PTdoB, PMN, PTC, PTN, PRTB, PEN, PPL, PSTU, PCB, NOVO, PCO, REDE e PMB (PSI entre -0,92 e -1,57). Mais da metade de todo o sistema partidário brasileiro é composto por partidos pequenos com estruturas partidárias paupérrimas, onde se misturam pequenos partidos ideológicos de esquerda, direita e pequenas legendas fisiológicas, cuja as origens remontam um recorte de 30 anos, da reabertura democrática em 1985 até a criação do Partido da Mulher Brasileira no ano de 2015.

A proporção entre renda do partido e o número de eleitores filiados é capaz de dimensionar o impacto do acesso indiscriminado ao financiamento estatal pelas organizações partidárias. Os achados vão de encontro à tese de que a fragmentação partidária brasileira não é baseada em clivagens sociais, mas sim impulsionada por diversos incentivos que retroalimentam a fragmentação: acesso indiscriminado aos recursos públicos para financiamento das estruturas partidárias e a proeminência de coligações eleitorais nas eleições proporcionais em distritos eleitorais de alta magnitude sem cláusulas de barreira (Zucco & Power, 2021).

No entanto, em 2017 foi aprovada uma reforma eleitoral que propôs ações no sentido de mitigar tais incentivos. Diante da proibição do financiamento eleitoral de empresas por parte do STF no ano de 2015, a reforma eleitoral de 2017 estabeleceu o fim das coliga-

ções nas eleições proporcionais e a criação de uma cláusula de desempenho progressiva até o ano de 2030. Os impactos desses dois dispositivos deverão ser testados nas eleições de 2022, caso nenhuma alteração seja proposta e aprovada até outubro de 2021.

Adiante, inserimos todos os partidos brasileiros numa amostra transnacional, aplicando o PSI para obter um panorama geral que nos permita comparar as estruturas partidárias brasileiras e sua força relativa mediante a uma comparação de larga escala. A Tabela 2 e o Gráfico 2 apresentam os dados e resultados obtidos:

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Continua)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
1	México	Institutional Revolutionary Party	PRI	9,04
2	Áustria	People's Party	ÖVP	8,63
3	Noruega	Labour Party	Ap	7,94
4	Áustria	Social Democratic Party	SPÖ	4,54
5	Suécia	Social Democrats	S/SAP	4,04
6	Noruega	Conservative Party	H	3,98
7	Espanha	People's Party	PP	2,84
8	Noruega	Progress Party	FrP	2,36
9	Austrália	Liberal Party		2,07
10	Israel	Likud		2,01
11	Espanha	Socialist Party	PSOE	1,93
12	México	Party of Democratic Revolution	PRD	1,76
13	Suécia	Moderate Party	M	1,70
14	Austrália	Labor Party		1,59
15	Alemanha	Social Democratic Party	SPD	1,59
16	Alemanha	Christian Democratic Union	CDU	1,45
17	Itália	Northern League	LN	1,42

868 **Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)**

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Continua)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
18	Portugal	Social Democratic Party	PPD/PSD	1,36
19	República Tcheca	Civic Democratic Party		1,35
20	Irlanda	Fine Gael		1,32
21	Dinamarca	Social Democrats	A	1,30
22	Bélgica	Socialist Party	OS	1,23
23	Noruega	Christian Democratic Party	KrF	1,20
24	Dinamarca	Liberals	V	1,18
25	Japão	Liberal Democratic Party of Japan		1,16
26	Itália	Democratic Party	PD	1,11
27	Japão	The Democratic Party of Japan		1,04
28	República Tcheca	Social Democratic Party		0,91
29	Israel	Kadima		0,87
30	Portugal	Socialist Party	PS	0,73
31	Suécia	Centre Party	C	0,71
32	Noruega	Centre Party	SP	0,71
33	Áustria	Freedom Party	FPÖ	0,66
34	Israel	Labor Party		0,61
35	Bélgica	Christian-Democrat and Flemish	CDV	0,60
36	Portugal	Communist Party	PCP	0,52
37	Noruega	Socialist Left Party	SV	0,51
38	Japão	Japanese Communist Party		0,47
39	França	Union for a Popular Movement	UMP	0,46
40	Bélgica	Socialist Party Alternative	LSP	0,41
41	França	Socialist Party	PS	0,38
42	Dinamarca	Conservatives	C	0,36
<b>43</b>	<b>Brasil</b>	<b>Movimento Democrático Brasileiro</b>	<b>MDB</b>	<b>0,26</b>

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Continua)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
44	Bélgica	New Flemish Alliance	N-VA	0,25
45	Bélgica	Open Flemish Liberals and Democrats	VLD	0,21
46	Irlanda	Labour Party		0,10
47	Bélgica	Reform Movement	MR	0,07
48	Noruega	Liberal Party	V	0,01
49	Canadá	Liberal Party		-0,00
50	República Tcheca	Communist Party		-0,02
51	Reino Unido	Labour Party		-0,03
52	Holanda	Labour Party	PvdA	-0,03
53	Romênia	National Liberal Party	PNL	-0,07
54	Áustria	Alliance for the Future	BZÖ	-0,08
55	Irlanda	Fianna Fail		-0,08
<b>56</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido dos Trabalhadores</b>	<b>PT</b>	<b>-0,10</b>
57	Húngria	Fidesz - Hungarian Civic Alliance	Fidesz	-0,16
58	Canadá	Conservative Party		-0,17
59	Dinamarca	Socialist People's Party	F	-0,19
60	Áustria	The Greens	Die Grünen	-0,19
61	México	National Action Party	PAN	-0,20
62	Holanda	Socialist Party	SP	-0,23
<b>63</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido da Social Democracia Brasileira</b>	<b>PSDB</b>	<b>-0,25</b>
64	México	Ecological Green Party	PVE	-0,27
65	México	National Regeneration Movement	MORENA	-0,27
66	Bélgica	Ecolo		-0,28
67	Itália	The People of Freedom	PdL	-0,28

870 **Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)**

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Continua)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
68	Israel	National Religious Party		-0,31
69	Bélgica	Democrat Humanist Centre	cdH	-0,31
70	Bélgica	Flemish Interest	VB	-0,31
71	Suécia	Liberal People's Party	L	-0,32
72	Dinamarca	Liberal Alliance	I	-0,33
<b>73</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Progressista</b>	<b>PP</b>	<b>-0,33</b>
74	Holanda	People's Party for Freedom and Democracy	VVD	-0,35
75	Suécia	Christian Democrats	KD	-0,36
76	Reino Unido	Conservative Party		-0,36
77	Suécia	Green Party	MP	-0,36
78	Dinamarca	Danish People's Party	O	-0,39
79	Hungria	Politics Can Be Different		-0,48
<b>80</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Democrático Trabalhista</b>	<b>PDT</b>	<b>-0,48</b>
<b>81</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Trabalhista Brasileiro</b>	<b>PTB</b>	<b>-0,50</b>
82	Alemanha	Christian Social Union	CSU	-0,50
83	Chile	Christian Democratic Party	PDC	-0,52
84	Suécia	Left Party	V	-0,52
85	República Tcheca	Christian Democratic Union		-0,52
86	Chile	Independent Democratic Union	UDI	-0,54
87	Holanda	Christian Democratic Appeal	CDA	-0,54
88	Chile	National Renewal	RN	-0,54
89	Bélgica	Groen		-0,54
90	Irlanda	Sinn Fein		-0,55
<b>91</b>	<b>Brasil</b>	<b>Democratas</b>	<b>DEM</b>	<b>-0,55</b>
92	Austrália	National Party		-0,60

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Continua)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
93	Dinamarca	Social Liberal Party	B	-0,61
94	Chile	Party for Democracy	PPD	-0,61
95	Chile	Socialist Party	OS	-0,62
96	Alemanha	Free Democratic Party	FDP	-0,62
97	Espanha	Basque Nationalist Party	PNB	-0,62
98	Holanda	GreenLeft	GL	-0,64
99	Canadá	New Democratic Party		-0,67
100	Alemanha	Alliance '90/The Greens	GRÜNE	-0,67
101	Israel	Yisrael Beiteinu		-0,67
102	Portugal	People's Party	CDS-PP	-0,68
103	Polônia	Democratic Left Alliance	Lewica	-0,69
<b>104</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido da República</b>	<b>PR</b>	<b>-0,70</b>
105	Alemanha	The Left	LINKE	-0,71
106	Dinamarca	Red-Green Alliance	Ø	-0,74
107	Holanda	Democrats 66	D66	-0,76
108	Polônia	Polish People's Party	PSL	-0,78
<b>109</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Socialista Brasileiro</b>	<b>PSB</b>	<b>-0,78</b>
110	Espana	Democratic Convergence of Catalonia	CDC	-0,79
111	República Tcheca	TOP 09		-0,83
112	Polônia	Civic Platform	PO	-0,84
113	Holanda	ChristianUnion	CU	-0,84
114	Hungria	Jobbik		-0,84
115	Itália	Union of the Centre		-0,85
116	Espanha	United Left	IU	-0,87
117	Portugal	Left Bloc	BE	-0,88

872 Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Continua)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
118	Holanda	Reformed Political Party	SGP	-0,90
119	Reino Unido	Liberal Democrats		-0,92
120	Austrália	The Greens		-0,93
121	Polônia	Law and Justice	PiS	-0,94
<b>122</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Social Cristao</b>	<b>PSC</b>	<b>-0,95</b>
123	Romênia	Conservative Party	PC	-0,96
124	Canadá	Bloc Quebecois		-0,96
<b>125</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Republicano Brasileiro</b>	<b>PRB</b>	<b>-0,97</b>
<b>126</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Comunista do Brasil</b>	<b>PCdoB</b>	<b>-0,97</b>
<b>127</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Verde</b>	<b>PV</b>	<b>-0,98</b>
<b>128</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Social Democratico</b>	<b>PSD</b>	<b>-0,98</b>
129	Israel	Meretz		-0,99
130	Itália	Italy of Values	IdV	-1,02
131	Canadá	Green Party		-1,03
132	Hungria	Socialist Party		-1,06
<b>133</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Republicano Progressista</b>	<b>PRP</b>	<b>-1,07</b>
134	Holanda	Party for the Animals	PvdD	-1,07
<b>135</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido da Mobilizacao Nacional</b>	<b>PMN</b>	<b>-1,08</b>
<b>136</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Social Liberal</b>	<b>PSL</b>	<b>-1,08</b>
<b>137</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Popular Socialista</b>	<b>PPS</b>	<b>-1,08</b>
138	Japão	Social Democratic Party		-1,08
<b>139</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Humanista da Solidariedade</b>	<b>PHS</b>	<b>-1,09</b>
140	Bélgica	Federalists, Democrats, Francophone	DéFI	-1,09
<b>141</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Trabalhista do Brasil</b>	<b>PTdoB</b>	<b>-1,10</b>
<b>142</b>	<b>Brasil</b>	<b>Partido Trabalhista Cristao</b>	<b>PTC</b>	<b>-1,10</b>

Tabela 2 – PSI: todos os partidos (Conclusão)

P.	País	Partido	Sigla	PSI
143	Brasil	<b>Partido Social Democrata Cristão</b>	<b>PSDC</b>	<b>-1,10</b>
144	Reino Unido	Scottish National Party		-1,10
145	Brasil	<b>Solidariedade</b>	<b>SD</b>	<b>-1,11</b>
146	Brasil	<b>Partido Trabalhista Nacional</b>	<b>PTN</b>	<b>-1,12</b>
147	Brasil	<b>Partido Socialismo e Liberdade</b>	<b>PSOL</b>	<b>-1,12</b>
148	Brasil	<b>Partido Renovador Trabalhista Brasileiro</b>	<b>PRTB</b>	<b>-1,13</b>
149	Portugal	Ecologist Party “The Greens”	PEV	-1,14
150	Brasil	<b>Partido Republicano da Ordem Social</b>	<b>PROS</b>	<b>-1,14</b>
151	Alemanha	Pirate Party	PIRATEN	-1,16
152	Reino Unido	Green Party		-1,16
153	Brasil	<b>Partido Ecologico Nacional</b>	<b>PEN</b>	<b>-1,17</b>
154	Reino Unido	Plaid Cymru		-1,18
155	Brasil	<b>Partido Patria Livre</b>	<b>PPL</b>	<b>-1,19</b>
156	Polônia	Palikot’s Movement	TR	-1,19
157	Brasil	<b>Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado</b>	<b>PSTU</b>	<b>-1,19</b>
158	Brasil	<b>Partido Comunista Brasileiro</b>	<b>PCB</b>	<b>-1,20</b>
159	Brasil	<b>Partido Novo</b>	<b>NOVO</b>	<b>-1,20</b>
160	Brasil	<b>Partido da Causa Operaria</b>	<b>PCO</b>	<b>-1,20</b>
161	Brasil	<b>Rede Sustentabilidade</b>	<b>REDE</b>	<b>-1,20</b>
162	Brasil	<b>Partido da Mulher Brasileira</b>	<b>PMB</b>	<b>-1,21</b>

Fonte: O autor com base nos dados do PPDB Round 1 (padronizado e calculado pelo autor).

O Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México é o partido mais forte da amostra com um PSI de 9,04, logo, um partido latino americano lidera o ranqueamento. Porém, o primeiro partido brasileiro a pontuar é o MDB na 43ª posição com um PSI de 0,26, e o primeiro partido chileno é o Partido Demócrata Cristão com um PSI de -0,52, ambos distantes consideravelmente do PRI. Ao considerarmos a amostra como um todo, nota-se que o MDB é o único partido brasileiro a apresentar um PSI positivo, enquanto que todos os demais apresentam scores negativos, com a preponderância dos pequenos partidos brasileiros ocupando as últimas posições do ranking.

À primeira vista é possível identificar a discrepância entre os partidos mexicanos em relação aos demais partidos brasileiros e chilenos, mostrando que há diferenças e clivagens consideráveis entre a força das estruturas partidárias nos países latino-americanos, e que qualquer a proposta de agrupamento desses dados acaba por suprimir estas diferenças, uma vez que o peso dos partidos mexicanos acaba por superdimensionar a média, ou seja, mitiga a relativa fraqueza das estruturas brasileiras e chilenas.

A Tabela 3 e o Gráfico 2 trazem o PSI médio por país, e mais algumas informações pertinentes que permitem uma comparação geral e detalhada entre os países contemplados na amostra.

Tabela 3 – PSI médio por país (Continua)

Rank	País	N.	1º Partido <sup>20</sup>	Pos. <sup>21</sup>	Média PSI	Diferença <sup>22</sup>
1	Áustria	5	ÖVP	2º	2,71	8,82

20 O partido político mais forte de cada país, aquele melhor posicionado no ranqueamento geral anterior.

21 A posição no ranqueamento geral que o partido mais forte de cada país alcançou.

22 O dado se refere à diferença entre o maior e o menor PSI obtido pelos partidos de um determinado país na análise transnacional.

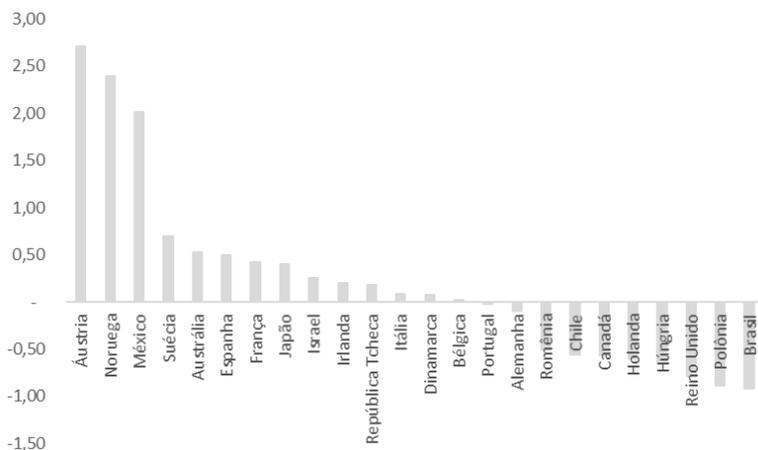
Tabela 3 –PSI médio por país (Conclusão)

Rank	País	N.	1º Partido <sup>20</sup>	Pos. <sup>21</sup>	Média PSI	Diferença <sup>22</sup>
2	Noruega	7	Ap	3º	2,39	7,93
3	México	5	PRI	1º	2,01	9,31
4	Suécia	7	S/SAP	5º	0,70	4,56
5	Austrália	4	Liberal Party	9º	0,53	3,00
6	Espanha	5	PP	7º	0,50	3,71
7	França	2	UMP	39º	0,42	0,08
8	Japão	4	Liberal Democratic Party of Japan	25º	0,40	2,24
9	Israel	6	Likud	10º	0,25	3,00
10	Irlanda	4	Fine Gael	20º	0,20	1,87
11	República Tcheca	5	Civic Democratic Party	19º	0,18	2,18
12	Itália	5	LN	17º	0,08	2,44
13	Dinamarca	8	A	21º	0,07	2,04
14	Bélgica	11	OS	22º	0,02	2,32
15	Portugal	6	PPD/PSD	18º	-0,02	2,50
16	Alemanha	7	SPD	15º	-0,09	2,75
17	Romênia	2	PvdA	52º	-0,51	0,89
18	Chile	5	PDC	83º	-0,56	0,10
19	Canadá	5	Liberal Party	49º	-0,57	1,03
20	Holanda	9	PvdA	52º	-0,60	1,04
21	Húngria	4	Fidesz	57º	-0,63	0,90
22	Reino Unido	6	Conservative Party	76º	-0,79	1,15
23	Polônia	5	Lewica	103º	-0,89	0,40
24	Brasil	35	MDB	43º	-0,92	1,47

Fonte: O autor com base nos dados do PPDB Round 1 (padronizado e calculado pelo autor).

## 876 Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)

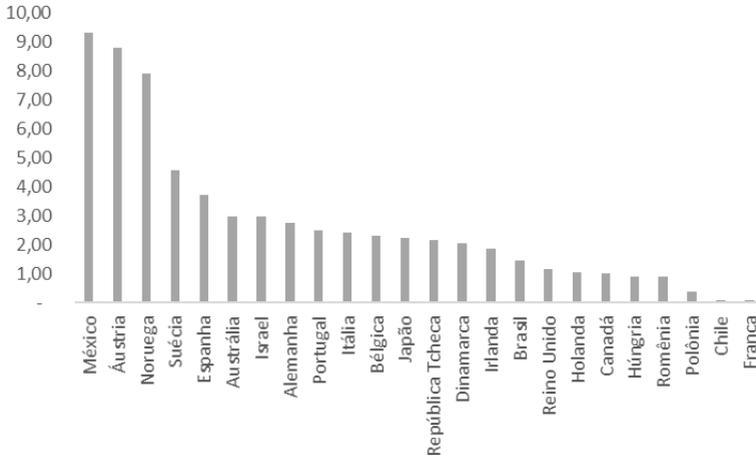
Gráfico 2 – PSI médio por país



Fonte: O autor.

No panorama geral, Áustria (2,71), Noruega (2,39) e México (2,01) apresentam os scores mais altos de PSI médio, sendo os países que contam com as estruturas partidárias mais fortes da amostra, com relativa diferença da Suécia (0,70), quarta colocada no rank. A diferença vai caindo pouco a pouco país por país até a Alemanha (-0,09), pois a partir da Alemanha o PSI médio sofre uma drástica redução de 0,42, até a Romênia (-0,51), que inaugura o grupo de países com a média das estruturas partidárias mais fracas, que conta também com Chile (-0,56), Canadá (-0,57), Holanda (-0,60), Hungria (-0,63), Reino Unido (-0,79), Polônia (-0,89) e Brasil (-0,92). O Gráfico 3 nos permite analisar também a diferença entre o PSI do partido mais forte e o partido mais fraco de cada país dentro da amostra geral.

Gráfico 3 – Diferença entre o partido mais forte/fraco de cada país.



Fonte: O autor.

É preciso salientar que, quanto menor for a diferença obtida entre o maior e o menor PSI de um determinado país, mais semelhantes e próximas são as estruturas partidárias, ou seja, não existindo grandes e relevantes diferenças internas entre os partidos. Isso nos permite analisar, claro, relativamente à amostra analisada, o tamanho das clivagens internas entre a força das estruturas partidárias de cada país, quanto mais próxima de 0, mais homogênea tende a ser a força dos partidos daquele país, de tal forma que, quanto maior for a diferença, mais heterogênea e acentuada tende a ser a distância entre a força do partido mais forte em relação ao partido mais fraco.

Em suma, comparativamente em relação aos demais 23 países, os resultados apontam que o Brasil possui as estruturas partidárias mais fracas e débeis da amostra, com um PSI médio de (-0,92) e, principalmente, uma diferença de apenas 1,47 pontos entre o partido mais forte (MDB) e o partido mais fraco (PMB), o que aponta para

uma clivagem relativamente baixa entre a força do partido mais forte e o partido mais fraco.

## 6. Considerações finais.

A principal contribuição dessa pesquisa é inserir todo o sistema partidário brasileiro numa comparação transnacional e robusta para, assim, aferir a força dos partidos políticos brasileiros frente a diferentes partidos dos mais variados países possíveis sob os mais diversos sistemas eleitorais e de governo.

Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Os resultados dessa comparação transnacional por meio do Índice de Força Partidária atestam que a força relativa das organizações partidárias brasileiras é muito baixa, bem próxima a de partidos do leste europeu como Polônia, Hungria e Romênia, e de outras democracias como Reino Unido, Holanda, Canadá e Chile, e que, apesar da força dos partidos mexicanos, que se destacam na análise, os partidos chilenos e brasileiros apresentam um PSI médio muito baixo (-0,56 e -0,92). Portanto, mais do que uma mera suposição, os resultados sustentam os argumentos sobre a fraqueza excepcional das organizações partidárias da região (Mainwaring & Shugart, 1997; Levitsky et al. 2016), principalmente em relação às brasileiras, ao contrário do que sustentaram Ribeiro & Locatelli (2019).

Os partidos políticos brasileiros apresentam estruturas débeis e fracas frente à comparação com os partidos dos demais países. Ainda que se discuta a discrepância em relação ao número de partidos políticos brasileiros frente à amostra dos demais países, há de se destacar que essa é uma característica do nosso sistema partidário altamente fragmentado. Os dados estão disponíveis, todos os partidos são devidamente registrados e legalizados e, principalmente, recebem recursos públicos para a manutenção de suas atividades po-

líticas. Não há como ignorar tais fatos ou, por outro lado, recortar a amostra ao bel prazer à fim de atestar a força dos partidos brasileiros selecionando apenas os maiores partidos do país. Esta comparação do sistema partidário brasileiro frente a uma amostra transnacional e robusta aponta que os esforços em afirmar a força ou contestar a fraqueza das estruturas partidárias brasileiras está mais para a afirmação de um desejo, do que um fato respaldado à luz dos dados.

Por fim, resta em aberto uma agenda de pesquisa que propõe investigar os impactos institucionais particulares de cada país ou de grupos de países na organização partidária. Uma possibilidade seria analisar a relação entre sistemas eleitorais (majoritário, misto ou proporcional) e sistemas de governo (presidencialismo, semipresidencialismo ou parlamentarismo) como variáveis independentes que condicionam a força dos partidos políticos.

## Referências

AMARAL, Oswaldo. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Campinas. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2010.

AMARAL, Oswaldo.; POWER, Timothy. The PT at 35: revisiting scholarly interpretations of the Brazilian Worker's Party. *Journal of Latin America Studies*, vol. 48, n. 1, p. 147-171, 2016.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. In BOLOGNESI, Bruno.; SILVA, Glauco Peres da. *Ciências Sociais Hoje: Ciência Política*. 2020.

DUVERGER, Maurice. *Political Parties*. London: Methuen, 1954.

FABRE, Elodie. Measuring party organization: The vertical dimension of the multi-level organization of state-wide parties in Spain and the UK. *Party Politics*, vol. 17, n. 3, p. 343-363, 2011.

GUARNIERI, Fernando. A força dos “partidos fracos”: organização partidária e coordenação eleitoral no Brasil. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2009.

GUNTHER, Richard.; DIAMOND, Larry. Espécie de partidos políticos: uma nova tipologia. *Paraná Eleitoral*, vol. 4, n. 1, p. 7-51, 2015.

JANDA, Kenneth. Cross-National Measures of Party Organizations and Organizational Theory. *European Journal of Political Research*, n. 11, p. 319-32, 1983.

KATZ, Richard.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, vol. 1, n. 5, p. 5-28, 1995.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política* n. 7, p. 349-385, 2012.

LEVITSKY, Steven et al (eds). *Challenges of party-building in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MAINWARING, Scott.; SHUGART, Matthew. *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MAUERBERG JR., Arnaldo. A organização partidária no Brasil: o caso das comissões provisórias. *Revista Política Hoje*, vol. 22, n. 1, p. 137-166, 2013

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POGUNTKE, Thomas.; SCARROW, Susan.; WEBB, Paul. PPDB\_Round1a\_1b\_consolidated\_v1. Disponível em: <https://doi.org/10.7910/DVN/NBWDFZ>. Harvard Dataverse, V1. Acesso em: 23 mai. 2021.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos políticos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 225-265, 2013.

RIBEIRO, Pedro Floriano.; LOCATELLI, Luis. Time after time: party organizational strength in new and old democracies. *Opinião Pública*, vol. 25, n. 1, p. 199-233, 2019.

SÁEZ, Manuel Alcántara.; FREIDENBERG, Flavia. Organización y funcionamiento interno de los partidos políticos en américa latina. In SÁEZ, Manuel Alcántara.; FREIDENBERG, Flavia. (eds.) *Partidos Políticos de América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 1-17, 2001.

SCARROW, Susan.; WEBB, Paul.; POGUNTKE, Thomas. Organizing political parties. Representation, participation and power. Oxford/ECPR, 2017.

SCARROW, Susan.; WEBB, Paul. Investigating party organization. In SCARROW, Susan.; WEBB, Paul.; POGUNTKE, Thomas. Organizing political parties. Representation, participation and power. Oxford/ECPR, 2017. Capítulo 1.

TAVITS, Margit. Party organizational strength and party unit in post-communist Europe. *European Political Science Review*, vol. 04, n. 3, p. 1-23, 2012.

TAVITS, Margit. *Post-Communist Democracies and Party Organization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

VAN BIEZEN, Ingrid. *Political parties in new democracies*. New York: Palgrave, 2003.

WEBB, Paul.; KEITH, Dan. Assessing the strength of party organizational resources. A survey of the evidence from the Political Party Database. In SCARROW, Susan.; WEBB, Paul.; POGUNTKE, Thomas. Organizing political parties. Representation, participation and power. Oxford/ECPR, 2017. Capítulo 2.

WEBB, Paul.; SCARROW, Susan; POGUNTKE, Thomas. Party organizational and satisfaction with democracy: inside the blackbox linkage. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*. <https://doi.org/10.1080/17457289.2019.1698047>

## 882 Quão fortes são os partidos políticos brasileiros? Uma análise transnacional com base no Party Strength Index (PSI)

WILLS-OTERO, Laura. The electoral performance of Latin American traditional parties, 1978-2006: Does the internal structure matter? *Party Politics*, vol. 22, n. 6, p. 758-772, 2016.

ZUCCO, César.; POWER, Timothy. Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. *Comparative Politics*, vol. 53, n. 3, p. 477-500, 2021.

### Sobre o autor

#### Gabriel Marcondes de Moura

Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP-UFPR) e pesquisador vinculado ao Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS-UFPR). E-mail: gmmcipol@gmail.com.

